

**A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO SÉCULO XIX:
currículo prescrito e modelo de educação**

**THE EDUCATION OF DEAF IN THE XIX CENTURY:
prescribed curriculum and model of education**

**LA EDUCACIÓN DE SORDOS EN EL SIGLO XIX:
currículo prescrito e y modelo de educación**

Cássia Geciauskas Sofiato

Professora Doutora da Universidade de São Paulo (USP).
Campinas-SP, Brasil.
cassiasofiato@usp.br

Resumo

O objetivo da pesquisa é apresentar a proposta curricular prescrita no século XIX (de 1856 a 1889) e suas variações para alunos surdos, bem como discutir o modelo de educação assumido para o encaminhamento das questões pedagógicas. A educação formal de surdos inicia-se no Brasil em 1857 e conhecer o modelo de instrução pública destinado a tais alunos no período imperial é fundamental para dimensionarmos os impactos do mesmo na formação escolar. A pesquisa possui abordagem qualitativa e é do tipo documental. A coleta de dados foi realizada em fontes documentais primárias. Como resultado pode-se inferir que o currículo prescrito para alunos surdos ao longo da história sofreu alterações em função de uma série de fatores: mudanças na legislação do Império, alterações na organização interna do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, ausência de profissionais para a educação de surdos, falta de materiais pedagógicos, dificuldades pedagógicas dos alunos, entre outros.

Palavras-chave: Educação de surdos. Educação especial. Currículo. Império no Brasil.

Abstract

The objective of the research is to present the curricular proposal prescribed in the century XIX (from 1856 to 1889) and its variations for deaf students as well as to discuss the assumed education model for the pedagogical questions. The formal education of the deaf began in Brazil in 1857 and to know the model of public instructional destined to such students in the imperial period is fundamental to dimension the impacts of the same in the school formation. The research has a qualitative approach and it is documentary type. The collection. of data was performed in primary documentary sources., as a result it can be inferred that the curriculum prescribed for deaf students throughout history has undergone changes due to a series of factors: changes in the legislation of the empire, changes in the internal organization of the imperial institute of the deaf., absence of professionals for the education for the deaf students, lack of pedagogical material, pedagogical difficulties of students, among others.

Keywords: Education of deaf people. Special education. Syllabus. Imperial Brazil.

Resumen

El objetivo de la pesquisa es presentar la propuesta curricular prescrita en el siglo XIX (de 1856 a 1889) y sus variaciones para alumnos sordos, bien como discutir el modelo de educación asumido para el encaminamiento de las cuestiones pedagógicas. La educación formal de sordos se inicia en Brasil en 1857 y conocer el modelo de instrucción pública destinado a tales alumnos en el periodo imperial es fundamental para que dimensionemos sus impactos en la formación escolar. La pesquisa posee abordaje cualitativo y el tipo es documental. La recogida de datos ha sido realizada en fuentes documentales primarias. Como resultado se puede inferir que el currículum prescrito para alumnos sordos a lo largo de la historia ha sufrido alteraciones en función de una serie de factores: cambios en la legislación del Imperio, alteraciones en la

organização interna del “Imperial Instituto de Surdos-Mudos”, ausencia de profesionales para la educación de sordos, falta de materiales pedagógicos, dificultades pedagógicas de los alumnos, entre otros.

Palabras clave: Educación de sordos. Educación especial. Currículo. Imperio en Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo se circunscreve no contexto da primeira instituição educacional voltada para alunos surdos no Brasil no século XIX, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos e sua proposta curricular vigente entre os anos de 1856 a 1889. Tal recorte temporal foi estabelecido com o intuito de explorar um período pouco privilegiado nas pesquisas acadêmicas que envolvem o público surdo e sua educação. Esse período, reconhecido até hoje em função de sua importância histórica e também pelo fato de instaurar os primeiros alicerces para a educação de surdos no Brasil, desde o início, contou com um projeto pedagógico específico para seus fins, que justificaram seus meios de atuar e empreender uma educação *especializada* no período destacado, com o ensino da língua portuguesa na modalidade oral e escrita, sem considerar a presença da língua de sinais, não reconhecida como língua naquele momento (BRASIL, 1867).

O Imperial Instituto dos Surdos-Mudos recebeu vários nomes no decorrer da história e também foi nomeado de formas distintas em documentos oficiais, sumariamente, a saber: Instituto Imperial para Surdos-Mudos de ambos os sexos (1856); Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (1857); Instituto dos Surdos-Mudos (1867); e, a partir do ano de 1957, até o presente momento, denomina-se Instituto Nacional de Educação de Surdos, também conhecido pela sigla INES (ALMANAK, 1856; ROCHA, 2007). Situa-se, desde a sua fundação, na cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil de 1763 até 1961. Foi a segunda instituição especializada fundada no Brasil com o intuito de educar pessoas com deficiência (a primeira foi o Imperial Instituto de Meninos-Cegos, fundada em 1854), criada na época do Império, que, segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 224), foi um período que carregava sentidos e tempos variados e “significava também a expansão de uma nova causa, com identidade marcadamente política.”

Especificamente, no segundo reinado, com D. Pedro II, o contexto em que tais instituições foram criadas era marcado pelo “moderno mundo urbano, deveria espelhar uma sociabilidade branca e ademais europeia” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 227). Segundo as autoras mencionadas:

Quem sabe por isso, de um dia para o outro, nos locais de maior acesso foram sendo edificados palácios, jardins e amplas avenidas. A corte obteve, ainda, outras melhorias: arborização (a partir de 1820), calçamento com paralelepípedo (1853), iluminação a gás (1854), bondes puxados a burro (1868), rede de esgoto (1862) e abastecimento domiciliar de água (1874). O mundo do *trottoir* e dos novos consumos também se modificava. Para o novo comércio elegante, a rua Direita- que misturava estabelecimentos de moda com pequenos armazéns de secos e molhados- parecia não ser mais suficiente. O acanhado de ruas, o odor de esgoto, o serviço urbano dos escravos, o cheiro de maresia, tudo contribuía para a contínua decrepitude do local. Agora era a vez da rua do Ouvidor, onde se abriam a cada dia novas lojas de modistas franceses, floristas, joalheiros, cabeleireiros, charuteiros e até sorveteiros. Por oposição ao reduzido movimento de outrora, surgiam os passeios à tarde, os chás nas cafeterias elegantes, as indumentárias requintadas com tecidos ingleses e modelos vindos de Paris... [...] na ótica do mundo da corte, o mundo dos escravos e o mundo do trabalho deveriam ser não só transparentes como silenciosos. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 277-279).

No bojo das mudanças expressas pelas autoras no que tange a modernização da cidade do Rio de Janeiro, encontra-se também a fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos como uma resposta a ausência de instituições que atuassem com o público surdo.

Embora se saiba que o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, no século XIX, tornou-se objeto de estudo sob diferentes vieses, principalmente por protagonizar a educação de um grupo socialmente excluído (assim como as demais pessoas com alguma deficiência e outras minorias sociais à época), realizar estudos sobre o mesmo ainda se faz necessário, uma vez que não encontramos na literatura relacionada à educação de surdos estudos sobre o impacto do projeto de educação por meio do currículo prescrito e o modelo de educação ali instaurado e suas implicações para a educação de surdos nos séculos subsequentes.

Vários autores já empreenderam estudos sobre essa mesma instituição, tais como Rocha (2007), Soares (1999), Souza (2008), Sofiato (2011), Mazzotta (2001), entre outros, mas com focos de interesse diferenciados. Em que pese o fato de os autores mencionados terem se dedicado ao estudo da instituição, outros caminhos historiográficos necessitam ser construídos, a fim de que possamos aprofundar questões tidas, muitas vezes, como consolidadas e não questionáveis no campo.

Uma das dificuldades encontradas para estudos com tal finalidade está na busca das fontes, especialmente primárias, que possam fornecer elementos para um processo analítico, ainda não empreendido na área em questão. Intentou-se, por meio dessa pesquisa documental, fazer uso de tais fontes e revelar fatos e feitos antes não declarados em virtude dos motivos anteriormente apontados. O tratamento analítico, característico ao tipo de pesquisa selecionada, foi realizado com fontes diversas, geralmente consideradas de “primeira mão”, e “segunda mão”, como menciona Gil (2002). Entre os documentos de “primeira mão”, podemos citar os almanaques publicados no período Imperial (compostos por uma variedade de documentos organizados) e, entre os de “segunda mão”, os relatórios de diretores do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos e dos ministros e secretários de Estado dos Negócios do Império no período de 1856 a 1889.

Assim sendo, objetiva-se por meio da presente investigação, apresentar a proposta curricular prescrita no século XIX (de 1856 a 1889) e suas variações para alunos surdos e discutir o modelo de educação assumido para o encaminhamento das questões pedagógicas.

Quando analisamos o conceito de currículo, uma das premissas que surgem é que tipo de sujeito se quer formar por meio do ensino e dos conteúdos que são oferecidos, levando em consideração a sociedade em que se encontra e, conseqüentemente, a sua cultura.

De acordo com Sacristán (2013, p. 19), apesar dos muitos significados atribuídos ao termo currículo por se tratar de um termo polissêmico, “o currículo proporciona uma ordem por meio da regulação do conteúdo da aprendizagem e ensino na escolarização moderna, uma construção útil para organizar aquilo do qual deve se ocupar a escolarização e aquilo que deve ser aprendido.”

O autor ainda refere que existem diferentes formas de entender o currículo nos contextos educacionais. Nesse sentido, tal como o autor mencionado, entende-se o currículo como um *processo* que pode se apresentar de diferentes maneiras, dentre elas: o currículo prescrito e regulamentado, que está no âmbito das decisões políticas e administrativas da escola; o currículo planejado para professores e alunos, envolvendo práticas de desenvolvimento, modelos em materiais, etc.; o currículo avaliado, no qual existem as práticas de controle internas e externas; o currículo organizado no contexto de uma escola com as práticas organizativas; e, por derradeiro, o currículo em ação, que envolve a reelaboração na prática, a transformação no pensamento, no plano dos professores e nas tarefas acadêmicas (SACRISTÁN, 1998, p. 139).

Em que pese os diferentes significados atribuídos ao termo currículo e sua abrangência no processo educacional, nesse estudo serão prioritariamente destacadas as disciplinas que eram oferecidas no Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, ou seja, o currículo prescrito estabelecido no recorte temporal para a investigação. Sobre o currículo prescrito, Goodson (2007, p. 242) assinala que:

Essa visão de currículo desenvolve-se a partir da crença de que podemos imparcialmente definir os principais ingredientes do desenvolvimento do estudo, e então ensinar os vários segmentos e seqüências de uma forma sistemática. Apesar da simplicidade (para não dizer cruza) óbvia dessa visão, o “jogo dos objetivos” é, ainda, se não “o único jogo em voga”, certamente o principal... [...] O currículo como prescrição sustenta místicas importantes sobre estado, escolarização e sociedade... [...] As agências do CAP¹ são vistas como estando no “controle” e as escolas são vistas como “distribuidoras” (e podem conquistar um bom grau de autonomia, se aceitarem as regras). Desse modo, as prescrições curriculares determinam alguns parâmetros, mas algumas transgressões ou transcendências ocasionais são permitidas, desde que a retórica e o gerenciamento das prescrições não sejam desafiados.

Um currículo prescrito, com todos os aspectos que lhe são subjacentes, estava presente na proposta pedagógica da instituição em questão, que desde a sua fundação tinha como finalidade:

Regenerar uma classe inteira de seres desgraçados muito tempo abandonados, pô-los na posse de uma instrução impossível de adquirir de qualquer outro modo, por meio de methodo especial, restitui-los á sociedade, á sua família, e pô-los em estado de poderem um dia dirigir seus próprios negócios- tal tem sido o fim da fundação do estabelecimento. (ALMANAK, 1859, p. 478).

Pelo fato de ser a primeira instituição dedicada ao ensino formal de surdos no Brasil, e também de ainda ter que se *constituir* enquanto ambiente formador de *caráter especializado*, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos seguia a tendência da educação geral no que se refere ao ensino de primeiras letras, mas também se apoiou na perspectiva francesa de educação para surdos, cuja referência para o Brasil, à época, era o Instituto Nacional dos Surdos- Mudos de Paris, fundado pelo abade Charles Michel de L'Épée, em 1755. Nesse sentido, é interessante observarmos a constituição das disciplinas escolares que compunham o currículo da educação de surdos e a hibridização de tendências educacionais, a saber: brasileiras e francesas, aspectos que serão mencionados *a posteriori* neste estudo,

As disciplinas escolares não são definidas de uma forma acadêmica desinteressada, mas sim em uma relação estreita com o poder e os interesses de grupos sociais. Quanto mais poderoso é o grupo social, mais provável que ele vá exercer poder sobre o conhecimento escolar. (GOODSON, 2007, p. 244).

Com base na premissa de que a escolha de conteúdos a serem ensinados não é ingênua e aponta interesses subjacentes, na próxima seção intenta-se explicitar o ideal de educação que se tinha para o surdo no século XIX, a partir da escolha das disciplinas que compunham a matriz curricular do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, sua relação com a educação *geral* brasileira e com os princípios de uma *educação especializada* inspirada nos ideais franceses para a educação de pessoas com deficiências sensoriais no século em questão.

2 O CURRÍCULO PRESCRITO E O IDEAL DE EDUCAÇÃO PARA ALUNOS SURDOS NO SÉCULO XIX

O Imperial Instituto de Surdos-Mudos foi fundado por D. Pedro II por intervenção de E. Huet, na cidade do Rio de Janeiro em 1857. Segundo Rocha (2007 apud SOFIATO, 2011) em junho de 1855, E. Huet² apresentou ao imperador D. Pedro II um relatório em língua francesa, cujo conteúdo revelava a intenção de fundar aqui no Brasil um colégio para surdos. Assim sendo, nos dois primeiros anos, o Collegio Nacional para Surdos-Mudos de ambos os sexos passou a funcionar nas dependências do Colégio de M. De

¹ A sigla “CAP refere-se ao título em inglês curriculum as prescription” (GOODSON, 2007, p. 242).

² Rocha (2007) diz que há controvérsias em relação ao primeiro nome de Huet. Em alguns documentos, aparece ora como Ernest, ora como Eduard. Os dados registrados quanto a sua chegada ao Brasil também são contraditórios. Os documentos assinados por ele e que se encontram no INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) não revelam o seu primeiro nome. Porém, há o registro de funcionamento do Collegio Francez, de sua propriedade, no período de 1845 a 1851, no Rio de Janeiro.

Vassimon, no modelo privado, em janeiro de 1856. Huet se associou a M. De Vassimon por falta de opção e meios para levar a cabo seu projeto sozinho no momento. Nesses termos, as alunas surdas que seriam matriculadas ficariam a cargo de M. De Vassimon e os meninos sob a responsabilidade de E. Huet. Em relação ao programa educacional oferecido pelo Collegio Nacional para Surdos-Mudos de ambos os sexos, destacamos: “Este estabelecimento, fundado por M.E.Huet, ex-diretor da instituição de Surdos-Mudos de Bourges e destinado à regeneração intellectual e moral dos Surdos-Mudos do Brasil, admite qualquer individuo dos dous sexos, desde a idade de 7 a 16 annos” (ALMANAK, 1856, p. 406).

Por meio de relatório, Couto Ferraz (1856), ministro e Secretário dos Negócios do Império, também se referiu à finalidade do Instituto:

Segundo o seu programa, o instituto recebe alumnos de um e de outro sexo, mediante uma pensão annual; alimenta-os, dá-lhes casa para morada, ensina-lhes tudo quanto concerne á instrucção primaria e secundaria, á religião e á moral, e dá-lhes noções de artes e sciencias. (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1856, p. 70).

É importante destacar que, ao analisarmos os relatórios dos diretores referentes ao Instituto, a proposta era a de oferecer o ensino de caráter *primário*³, sendo fiel ao termo empregado à época. Entretanto, no texto do relatório apresentado anteriormente, o ministro Couto Ferraz refere-se à instrução primária e também secundária. Em anos subsequentes, durante a gestão de Tobias Leite (1868-1896), a finalidade do Instituto em oferecer a educação primária ficou mais evidente por meio de seus registros, tendo como referência também os institutos da Europa, quando o assunto era a instrução dos alunos surdos. Tal diretor aponta que o *Regulamento Provisório do Instituto dos Surdos-Mudos* nº 4046 de 19 de dezembro de 1867 **“acumulou matérias da instrução secundária ás elementares”** (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1868, p. A-D7-5, grifo nosso). Esse hibridismo, em relação ao caráter do ensino, será observado em algumas gestões, mas será definido com precisão a partir da gestão do próprio Tobias Rabello Leite.

Em 1856, havia a previsão do curso completo que teria a duração de seis anos, atenderia alunos entre sete e dezesseis anos. Os alunos seriam admitidos “como pensionistas, semi-pensionistas, gratuitamente ou conforme sua posição pecuniaria” (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1858, p. 451). Os declarados pobres seriam atendidos gratuitamente e não seriam aceitos alunos que se achassem em “estado de idiotismo” e, conseqüentemente, “incapazes de instrucção”, e também “escravos” (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1867, p. A-G1-3).

O corpo técnico administrativo da instituição ficou mais precisamente definido em 1867, com a publicação do *Regimento Provisório do Instituto dos Surdos Mudos*. Assim sendo, ficou configurado desta forma:

O Instituto será dirigido por um diretor, subordinado ao Ministro e Secretario d' Estado dos Negocios do Império...[...] o instituto terá, além do Diretor, os seguintes empregados: 1 professor, 1 professora, 1 capellão, 1 inspector de alumnos, 1 inspectora de alumnas, 1 roupeira, enfermeira e despenseira, 1 creada, 1 cozinheiro, 4 serventes. (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1867, p. A-G1-2).

Rocha (2007) declara que Huet escreveu, em abril de 1856, à Comissão Diretora responsável pelo acompanhamento do trabalho no colégio. Apresentou no documento as dificuldades financeiras pelas quais a instituição passava, e fez uma série de solicitações com a finalidade de melhorar o atendimento dado aos alunos que ali ingressavam. O próprio Huet lembrou-se que, em 1855, enviou à Câmara dos Deputados uma petição para a criação de uma Instituição Imperial dos Surdos-Mudos, obtendo parecer favorável.

Enfim, por determinação de D. Pedro II, coube ao Marquês de Abrantes formar uma comissão com pessoas de destaque no Império, com a finalidade de acompanhar

³ Em alguns documentos analisados também aparece o termo “elementar” para se referir ao ensino “primário”.

os trabalhos do estabelecimento. Somente um ano e meio depois, a solicitação de Huet foi atendida por meio da Lei nº 939 de 26 de setembro de 1857. No mesmo ano, a instituição foi transferida para uma casa maior, localizada no morro do Livramento e foi denominada Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de ambos os sexos.

E. Huet foi o primeiro diretor do Imperial Instituto (1856 a 1861) e, no recorte temporal estabelecido para a pesquisa (de 1856 a 1889), passaram pela instituição os seguintes diretores: Frei João de Nossa Senhora do Carmo (1861 a 1862), Manoel de Magalhães Couto (1862 a 1868) e Tobias Rabello Leite (1869 a 1896) (ALMANAK, 1856, 1857, 1861, 1862, 1869). Cada período de gestão apresentou as suas particularidades e um determinado encaminhamento para as questões pedagógicas e de outras ordens, não muito distintas das tendências gerais da educação pública no período Imperial, marcadas pela falta de organização e recursos, professores mal habilitados, insuficiente número de alunos, entre outros entraves (ARANHA, 1996).

No caso particular dos surdos, uma questão que se fazia presente era a constante necessidade de captação de alunos, pois o investimento imperial em nível financeiro estava presente e outras províncias brasileiras não tinham instituições especializadas na educação de surdos. Percebe-se fortemente esse aspecto nos relatórios de Tobias Rabello Leite, quando o referido diretor cogita até mesmo pedir auxílio à igreja no sentido de *rastrear* os surdos, e, uma vez localizados, oferecer-lhes a educação promovida pelo Instituto: “tentei remover a primeira causa escrevendo aos Revs. Srs. Bispos pedindo-lhes que por intermédio dos parochos se desse notícia da existência desse instituto, e dos benefícios que n’elle recebem os infelizes privados da palavra” (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1870, p. A-E2-4).

De uma forma geral, a educação no período Imperial apresentava problemas e, segundo Azevedo (1963, p. 568), “a educação teria de se arrastar através de todo o século XIX, inorganizada, anárquica, incessantemente desagregada.” O autor ainda acrescenta que “entre o ensino primário e o secundário não havia pontes ou articulações: são dois mundos que se orientam, cada um na sua direção.” Nesse contexto, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos também se estabeleceu, conforme observamos anteriormente. A seguir, daremos destaque à proposta curricular oferecida nas diferentes gestões do período delimitado para o estudo e outras implicações relativas às decisões tomadas pelos diretores frente às questões que se referem ao ensino de surdos.

2.1 Proposta curricular na gestão de E. Huet (1856 a 1861)

Antes de adentrarmos na gestão de E. Huet, primeiro diretor oficial do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, faz-se necessário destacar que todo o trabalho desenvolvido no referido estabelecimento foi acompanhado pelos Ministros e Secretários de Estado dos Negócios do Império, uma vez que a *instrução pública* fazia parte das atribuições dessa Secretaria. Em cada seção apresentada nesta pesquisa também serão destacadas as menções feitas por tais ministros em seus relatórios anuais no que se refere ao objeto de estudo em questão. De acordo com Sá Netto (2013, p. 15):

Ainda no papel de agente civilizador, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império teve na educação um campo privilegiado para a atuação, sendo esta uma preocupação recorrente entre os titulares da pasta. Nos relatórios ministeriais a instrução é tratada como requisito indispensável para o sucesso da civilização do Brasil, sendo sua efetivação dependente do investimento no ensino primário, uma vez que, como declarou o ministro José Ignácio Borges em 1835, “em tais escolas é que se lançam as sementes de Moral, costumes, e bons hábitos, que têm de formar o Cidadão digno de merecer tal nome.”

No que tange a gestão de E. Huet, por ocasião da fundação, as disciplinas oferecidas no Imperial Instituto dos Surdos-Mudos eram as seguintes:

Escrepta e leitura, elementos da língua nacional-grammatica, noções de religião e dos deveres sociaes- cathecismo, geografia, história do Brasil, história sagrada e profana, arithmetica, desenho, escripturação mercantil. Lições de agricultura theorica para os meninos e trabalhos usuaes de agulhas para as meninas. Dar-se-hão outrossim, lições de pronuncia, articulação e de leitura aquelles indivíduos em quem se reconhecer aptidão para semelhantes exercícios. (ALMANAK, 1856, p. 406).

Assim como nos demais colégios do Império, no Imperial Instituto de Surdos-Mudos havia uma matriz curricular que norteava o trabalho pedagógico. Em tal matriz observamos uma diversidade presente, mas se compararmos com a matriz curricular de outro colégio da época de natureza privada, vemos que o currículo do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos era *menos enriquecido*, em que pese o fato de os alunos contribuintes terem que desembolsar a quantia de quinhentos mil réis anuais pela pensão em três trimestres adiantados e outros bens, tais como uma joia no ato da entrada. Não é foco deste estudo adensar a discussão sobre o currículo prescrito para os alunos ouvintes, mas é importante saber que havia diferenciações. O currículo para os alunos surdos abarcava também disciplinas específicas necessárias para a sua formação com base na abordagem oralista⁴, a saber: lições de pronúncia, articulação e leitura. A título de ilustração, vislumbremos a seguir o programa do *Instituto Collonial Nova Friburgo*, para alunos ouvintes, no ano de 1856:

A instrução que os alumnos recebem comprehende: primeiras letras, instrução religiosa e moral, calligraphia e arithmetica, latim, portuguez, inglez, francez, alemão, mathematicas, incluso um curso de engenharia civil, geografia, inclusive os elementos de navegação, historia e astronomia, rhetorica e philosophia, os elementos de phisica e química, historia natural, commercio, escripturação, contabilidade comercial, inclusive guarda-livros por partidas singelas e dobradas, desenho, musica, dansa e esgrima. (ALMANAK, 1856, p. 402).

Outro fato que assemelhava o currículo oferecido aos surdos do currículo para ouvintes era a separação de algumas disciplinas: as que eram destinadas aos meninos e as específicas para as meninas. A variedade de oferta de outras atividades curriculares era bastante ampla em outros colégios imperiais, mas no Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, durante o período observado, não vemos outras possibilidades, além dos “trabalhos usuaes de agulhas para as meninas” e “lições de agricultura para os meninos”. Segundo Schueler (1999), “as distinções entre as crianças manifestavam-se também nas relações de gênero que a escola primária buscava reproduzir.” Essa diferença era bem pontuada e encontrava alicerce para se manter por meio da educação:

O currículo relativo às aulas de meninas estabelecia limites no ensino de álgebra, geometria, gramática, história e geografia pátrias. Para as meninas, a doutrina cristã, a leitura, a escrita e o cálculo elementar seriam ensinamentos suficientes, acrescidos das aulas de agulha, bordados e costura. A formação da mulher visando a vida doméstica, em detrimento da vida pública, reservada aos homens, era o ideal da instrução primária feminina. (SCHUELER, 1999).

Esse ideal também figurava no Imperial Instituto de Surdos-Mudos enquanto as alunas surdas foram atendidas. No ano de 1857, o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), publicou em seu relatório que os alunos que estudavam no Instituto, num total de 13, seriam classificados em duas divisões, ficando assim distribuídas as disciplinas:

Os da 1ª divisão estudão a língua nacional, a calligraphia, que é a parte mais difficil deste ensino especial, mediante o qual habilita-se o surdo-mudo para poder exprimir as suas ideias, e comprehender as dos outros. Os da 2ª divisão aprendem a historia sagrada, e a nacional, o catechismo, e a arithmetica, e exercitão-se na composição

⁴ A abordagem oralista defendia o ensino da língua na modalidade oral para o surdo (SÁ, 1999).

É interessante observar que no excerto anterior temos expressa a primeira divisão dos alunos por agrupamentos e, conseqüentemente, a divisão do que ensinar feita provavelmente mediante uma avaliação “pedagógica”. O ministro, por meio de sua fala, declarou a dificuldade presente no ensino da língua portuguesa e, é provável, que essa constatação tenha sido feita com base no contato com os profissionais que atuavam no Imperial Instituto e suas ponderações sobre a aquisição de língua e linguagem pelos surdos. Pereira ([201-], p. 2) relata que as dificuldades encontradas pelos “surdos no uso da língua portuguesa eram tão gerais que passaram a ser atribuídas à surdez e os surdos foram considerados incapazes de entenderem e de usarem a língua portuguesa.” Já nessa época declarava-se que os alunos surdos precisavam aprender uma língua para se comunicar e se apropriar dos conteúdos escolares.

As fontes pesquisadas nesse período não trazem mais detalhes sobre esse encaminhamento. Percebe-se também no currículo prescrito para 1857 que alguns componentes não foram citados, entre eles *Geographia*, mas não podemos afirmar que conteúdos dessa disciplina não foram trabalhados.

Em 1860, a saída de E. Huet passou a ser negociada devido a problemas de ordem pessoal e moral. Em 1861, a direção foi confiada ao Padre Manoel Soares do Couto, que pouco ficou no cargo, e posteriormente ao padre Frei João de Nossa Senhora do Carmo (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1861). Nessa ocasião o que estava em pauta eram as dificuldades financeiras e de manutenção enfrentadas pelo estabelecimento, a contratação de pessoal e a preparação de Manoel de Magalhães Couto para assumir o cargo de futuro diretor. Questões de ordem pedagógica, especificamente curricular, não foram contempladas, denotando que pendências de outras ordens ocupavam prioritariamente as discussões naquele momento.

2.2 Frei João de Nossa Senhora do Carmo (1861 a 1862)

Em 1862, Pedro Araújo de Lima, o Marquês de Olinda, mencionou em seu relatório que a vaga de diretor estava *vaga* e que aguardava a volta de Manoel de Magalhães Couto para assumir o cargo ainda no ano mencionado. Pelo registro encontrado, podemos inferir que o Frei João de Nossa Senhora do Carmo continuou o seu trabalho no ano em questão, mas já anunciara a sua saída. Segundo o relatório do ministro, o referido Frei também ocupava o cargo de capelão.

Outra fonte pesquisada ainda atribuía a direção a E. Huet no ano de 1861 (ALMANAK, 1861, p. 423) e no ano de 1862 o nome que apareceu como diretor responsável era o do Frei João de Nossa Senhora do Carmo. Dadas as incongruências encontradas nas fontes pesquisadas, fica difícil precisar qual era a real situação vivenciada.

Manoel de Magalhães Couto, citado pelo ministro em seu relatório, estava em Paris para “instruir-se na teoria e pratica do systema de instrucção, e de administração do Instituto dos Surdos-Mudos” (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1863, p. 14) e aprender a “linguagem dos surdos-mudos” (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1862 p. 28), isso denotava ser neófito na causa. Dada a complexidade em termos de administração da instituição, em termos de currículo, não houve nas fontes menções ou alterações nesse período, e, dessa forma, a hipótese é que a mesma composição curricular anterior tenha vigorado. Percebe-se que nessa gestão questões de ordem político-administrativa influenciaram a questão pedagógica do estabelecimento, não cabendo para o momento um repensar sobre a educação de surdos. Aspectos dessa natureza são centrais nas fontes documentais no período.

2.3 Manoel de Magalhães Couto (1862 a 1868)

Em 1863, Manoel de Magalhães Couto assumiu a direção do Imperial Instituto de Surdos-Mudos. No período de 1863 a 1866, nos registros ministeriais, destacava-se a escassez de verba voltada para as despesas da instituição e também a alegação de não ter um prédio apropriado para o exercício das atividades, fatores que não permitiam o crescimento do estabelecimento (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1864). Diante desses fatos, a hipótese que se levanta é que a questão pedagógica ficava relegada ao segundo plano. Essa menção à falta de edifício adequado para as práticas escolares vai passar as outras gestões estudadas.

Ao atentar para o trabalho pedagógico, especificamente, desde a fundação até o ano de 1864, não se observam alterações nas fontes pesquisadas em relação à composição curricular. Assim sendo, infere-se que o rol de disciplinas oferecidas foi o mesmo nos anos destacados. A tabela 1 apresenta a composição vigente dentro deste recorte temporal:

Tabela 1 – Disciplinas oferecidas de 1858 a 1864

| |
|--|
| Disciplinas oferecidas |
| Escreita e leitura |
| Elementos da língua nacional-grammatica |
| Noções de religião e dos deveres sociaes- cathecismo |
| Geographia |
| História do Brasil |
| Historia sagrada e profana |
| Arithmetica |
| Desenho |
| Costura e mais trabalhos de agulhas para as alumnas |
| Escreituração mercantil |

Fonte: Almanak (1858-1864).

De acordo com o exposto, pode-se depreender que o ensino oferecido por meio das disciplinas acadêmicas elencadas pretendia proporcionar ao aluno surdo uma instrução geral, mas também com *artes de recreio* e assentados na *educação moral e religiosa*. Embora a matriz curricular não fosse tão ampla como a de alguns colégios do mesmo período, almejava-se conseguir trabalhar para que o surdo também pudesse adquirir a língua oral e escrita, além de noções relacionadas a outras áreas do conhecimento, para que tal aluno pudesse ser *reintegrado* à sociedade e para mostrar o “quanto deve ser apreciado um surdo-mudo educado” (LEITE, 1875).

No ano de 1865, Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, precisou em seu relatório que “conviria para completar-se a educação dos alumnos, habilitando-os para exercerem profissões mecânicas, estabelecer algumas oficinas apropriadas, mas não a tem permitido a falta dos meios. Apenas ha uma provisoria de marcenaria” (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1865, p. 20). É importante observar que, além das disciplinas *acadêmicas*, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos também pretendia dar a oportunidade de os alunos aprenderem um ofício. Destaca-se aqui que essa menção era direcionada à educação dos meninos e não das meninas.

No mesmo ano, o Almanak Laemmert (1865) pontuou os mestres de sapataria, alfaiataria e marcenaria, responsáveis pela educação dos alunos. Com base na menção feita, infere-se que os ofícios de sapataria, alfaiataria e até mesmo de marcenaria eram ensinados fora do Instituto, na oficina dos mestres mencionados, a saber: Domingos José Fernandes (sapataria), José Antônio Martins (alfaiataria) e Joaquim Gomes de Oliveira (marcenaria). Entretanto, no ano de 1866, esses cargos apareceram como vagos nos relatórios pesquisados. O objetivo de ensinar um ofício ganhou mais dinamismo a partir de 1867 com a formulação do *Regulamento Provisório do Instituto dos Surdos-Mudos*,

o qual foi aprovado pelo Decreto n. 4046 de 19 de dezembro do mesmo ano, assinado por José Joaquim Fernandes Torres.

O ministro e secretário dos negócios do Império, José Joaquim Fernandes Torres, ponderou em seu relatório de 1865 que algumas mudanças importantes no Instituto foram efetivadas por ele, a saber: a separação das funções de diretor e de administrador das de professor e, em relação ao currículo, a menção da disciplina de “francez”, antes não observada em nenhum documento e também do ensino de contabilidade. É importante frisar a referência cultural que a França imprimia para o Brasil à época e que, assim como em outros colégios do Império, o ensino de outra língua, além da nacional, passou a ser considerado. Um desafio a mais em se tratando de alunos surdos, com base na abordagem oralista e nas dificuldades já mencionadas neste estudo.

Em outra fonte pesquisada observamos a seguinte configuração curricular entre os anos de 1864 a 1867:

Tabela 2 – Disciplinas oferecidas de 1864 a 1867

| Disciplinas oferecidas |
|---|
| Língua nacional |
| Calligraphia (para ambos os sexos) |
| Elementos de Arithmetica |
| Algebra |
| Elementos de Geographia e Historia |
| Desenho linear |
| Articulação artificial e da leitura sobre os lábios (para ambos os sexos) |
| Costura e mais trabalhos de agulhas para as alumnas |
| Sapataria |
| Alfaiate |
| Marceneiro |

Fonte: Almanak (1864-1867).

Nota-se que nesse documento não vemos a inserção do “francez” e sim das disciplinas já mencionadas anteriormente e das que se destinavam a ambos os sexos, tais como a “calligraphia” e “articulação artificial e da leitura sobre os lábios”. Além disso, não havia a divisão referente à disciplina de História se compararmos com a tabela 1. Também constavam no currículo prescrito as oficinas de alfaiataria, marcenaria e sapataria, não citadas no período de 1858 a 1864, revelando a intenção de profissionalização dos alunos surdos.

Em 1867, por meio do *Regulamento Provisório do Instituto dos Surdos-Mudos*, ficou patenteada a divisão das disciplinas e dos anos em que seriam oferecidas. Nos estudos realizados não encontramos regimento anterior referente aos serviços prestados no Instituto. Tendo como foco o oferecimento de um curso em cinco anos, assim estavam dispostas no artigo 18:

O 1º anno- articulação artificial e leitura sobre os lábios, leitura, escripta, as quatro espécies e doutrina christã. O 2º anno- leitura, escripta, arithmetica, grammatica portugueza e historia sagrada. O 3º anno- portuguez, arithmetica, pesos e medidas, geometria elementar e desenho linear. O 4º anno- arithmetica, elementos de historia, geographia, portuguez e francez. O 5º anno- continuação de historia e geographia, portuguez, francez e escripturação mercantil. (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1867, p. A-G1-4).

Com tal configuração, fica notório que o Instituto concebia a seguinte classificação: o ensino de Primeiras Letras (leitura, calligraphia, arithmetica, grammatica e religião), das consideradas *Sciencias*, nesse caso (historia e geografia), línguas (portuguez e francez) e das *Bellas Artes* (desenho) (ALMANAK, 1863). Tal característica não o diferenciava de outros colégios destinados à educação de ouvintes no mesmo período. Um elemento de distinção necessária encontrava-se no oferecimento das disciplinas articulação artificial e leitura sobre os lábios, compreendidas em função da natureza da abordagem

oralista assumida no estabelecimento. Nessa configuração, a disciplina de francês retornava para a matriz curricular.

Veremos que, a partir da gestão do próximo diretor, um novo encaminhamento seria dado à questão pedagógica, mas com base na reflexão sobre a formação global do aluno surdo e sua inserção na sociedade. Essa inserção tendia a considerar o surdo dentro de suas possibilidades, após a conclusão dos estudos no Imperial Instituto.

2.4 Proposta curricular na gestão de Tobias Rabello Leite (1869 a 1889)

Primeiramente é importante destacar que a gestão de Tobias Rabello Leite foi de 1869 a 1896, entretanto para fins deste estudo, nosso recorte se estendeu até o ano de 1889, ano em que findou o período Imperial e foi proclamada a República Federativa do Brasil.

No primeiro relatório assinado por tal diretor, com data de seis de abril de 1869, endereçado ao Conselheiro Paulino José Soares de Souza, ministro e secretário do Estado dos Negócios do Império, Tobias Rabello Leite fez uma série de observações em relação aos trabalhos desenvolvidos no Instituto a partir de sua posse. Por meio desse relatório, Tobias Rabello Leite evidenciou algumas de suas preocupações em relação ao trabalho que acabara de assumir; também explicitou as suas concepções em relação à educação de surdos e o papel que cabia ao Instituto no que tange a esse processo (SOFIATO, 2011).

No relatório mencionado, Tobias Rabello Leite fez críticas ao *Regulamento Provisório do Instituto dos Surdos-Mudos* de 1867 e expressou o seu ponto de vista em relação à educação de surdos. Em tal relatório, declarou que a finalidade do Instituto não seria formar homens letrados, mas tirar os surdos do isolamento e convertê-los em cidadãos que fossem úteis à sociedade. Para isso reconhecia a importância do ensino da linguagem na modalidade escrita para o surdo congênito e também oral, denominada por ele de “vocal artificial”. Ponderava ainda que o Regulamento de 1867 aglutinou o ensino da linguagem escrita e oral, sem atentar para as singularidades dos surdos. Outra menção importante diz respeito à junção das disciplinas oferecidas no ensino elementar e no ensino secundário. Em função das dificuldades enfrentadas no Instituto, tal diretor defendia que o ensino deveria ser somente de caráter elementar.

O diretor ainda nesse documento fez uma comparação da matriz curricular brasileira com a matriz curricular oferecida no Instituto Nacional de Surdos de Paris, expressa a seguir:

Quadro 1 – Relação entre os currículos prescritos do Instituto Nacional de Surdos de Paris e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (Rio de Janeiro) em 1868

| Anno | Instituto de Paris | Instituto do Rio de Janeiro |
|---------|---|--|
| 1º anno | Linguagem escripta, linguagem fallada | Articulação artificial, leitura sobre os lábios, leitura escripta, as quatro espécies e doutrina christã |
| 2º anno | Linguagem escripta, linguagem fallada, sommar e diminuir | Leitura, escripta, arithmetica, grammatica portugueza e historia sagrada |
| 3º anno | Linguagem escripta, linguagem fallada, historia sagrada, multiplicar e repartir | Portuguez, arithmetica, pesos e medidas, geometria elementar e desenho linear |
| 4º anno | Linguagem escripta, linguagem fallada, historia sagrada, fracções | Arithmetica, elementos de historia, geographia, portuguez e francez |
| 5º anno | Linguagem escripta, linguagem fallada, historia e geographia, decimaes | Continuação de historia e geographia, portuguez, francez e desenho |
| 6º anno | Linguagem escripta, linguagem fallada, historia e geographia, proporções | |
| 7º anno | Linguagem escripta, linguagem fallada, historia e geographia, complexos | |

Fonte: Leite (1869 apud SOFIATO, 2011).

O diretor cotejou as matrizes curriculares tendo em vista a necessidade de mudança que julgava ser necessária em relação ao currículo do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Ele argumentava que o Instituto de Paris era o modelo de todos os institutos e que, além do curso elementar (até o quarto ano), oferecia dois cursos: o secundário (com término no sétimo ano) e outro superior. Julgava que o *Regulamento Provisório do Instituto dos Surdos-Mudos* de 1867 apresentava um “programa impossível de se executar” (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1868, p. A-D7-6). Acredita-se que a posição defendida pelo diretor em questão devia-se a alguns fatos observados relacionados ao funcionamento da instituição, tais como: falta de profissionais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico; a dificuldade enfrentada pelos professores designados de ensinar muitos alunos (a título de ilustração, no ano de 1868 eram 14 alunos com diferentes níveis de desenvolvimento para um professor); falta constante de materiais pedagógicos, objetos e móveis para a instituição. Além disso, infere-se que os alunos apresentavam diferentes níveis de desenvolvimento e que possivelmente alguns tinham dificuldades relacionadas à aprendizagem, tendo em vista a abordagem oralista e suas implicações.

Assim sendo, observa-se que a finalidade da educação de surdos esteve atrelada à educação de crianças consideradas *menos abastadas*, tendo em vista o que estava sendo oferecido em termos curriculares e também quanto às condições impostas. De acordo com Schueler (1999):

A Instrução Pública, determinando que o ensino primário era suficiente às camadas pobres, mantinha o monopólio do ensino secundário e superior nas mãos de poucos. As atividades intelectuais e políticas, os cargos públicos e a direção do Estado permaneciam como privilégio das classes senhoriais, restando à maioria da população livre e pobre o “privilégio” de exercer o trabalho manual na sociedade.

Corroborando com o pensamento vigente à época, Tobias Rabello Leite referia que o ensino profissional era o complemento de todos os Institutos de Surdos-Mudos, e que seria oferecido de acordo com as condições físicas e as aptidões dos alunos, exceto aos alunos vindos de famílias mais abastadas. Tal direcionamento também era dado às crianças sem deficiência e pobres da sociedade:

O ensino profissional não é só um benefício para todos os que são educados em estabelecimentos como este, é também uma conveniencia do Estado, pois que a instrucção litteraria sem uma profissão, e sem o habito do trabalho, seria um dom improficuo, e muitas vezes funesto ao surdo-mudo, por suggerir-lhe idéias e esperanças incompatíveis com o seu estado. (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1868, p. A-D7-6).

Com base no excerto anterior, podemos assinalar que a concepção que se tinha sobre o surdo era a de incapacidade frente ao seu “estado” e que “falsas esperanças” não poderiam ser criadas para esses sujeitos, ou seja, o seu “destino” estava de certa forma traçado desde a primeira Constituição Política do Império do Brasil em 1824, que previa a suspensão dos direitos políticos por incapacidade física ou moral (BRASIL, 1824).

Diante desse panorama, Tobias Rabello Leite, para suprir a falta de profissionais que estariam incumbidos da educação física e industrial, mandou preparar um terreno anexo ao jardim do Instituto e deu aos alunos pequenos trabalhos de horticultura, como uma forma de distração, como um “germen” da profissão de agricultor, profissão que parecia ser a que melhor convinha ao “surdos-mudos” (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1868, p. A-D7-2).

Em 1869, Tobias Rabello Leite destacou que ainda não havia no Instituto o ensino profissional, tampouco oficinas, e que os alunos continuavam a “trabalhar na horticultura”. Indicou, também, a necessidade de reformulação do Regulamento Provisório de 1867, pois afirmava que a parte referente à instrução era “inexequível” (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1869, p, A-F4-4).

Nos anos de 1869 a 1873 não foram observadas mudanças no currículo *prescrito*, mas Tobias Rabello Leite, em seus relatórios a partir de 1870 dizia que a educação literária se limitava ao ensino da linguagem escrita pelo método intuitivo, das quatro espécies de operações aritméticas, noções de geometria elementar, da geografia e história pátria. O ensino profissional consistiu no ofício de sapateiro, que foi aplicado somente a um aluno, Joaquim do Maranhão. Por meio das descrições do diretor, ficou bastante evidente que os conteúdos trabalhados se referiam a algumas disciplinas pertencentes ao currículo, evidenciando o distanciamento entre o que era prescrito e o que era praticado de fato, pode-se dizer, o currículo real.

De acordo com o Almanak Laemmert (1873), “o Instituto foi reorganizado por Decreto nº 5435 de 15 de outubro de 1873, em virtude do qual todos os alumnos são obrigados a aprender uma arte ou officio mecânico”. Essa *tendência* já fora observada nos anos anteriores. No presente ano foram estabelecidas as seguintes oficinas: a de sapateiro e a de encanador. As oficinas tinham por objetivo “preparar os artistas que vão augmetar a indústria nacional” (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1873, p. A-C2-6). Esse parecia ser o fim da educação de surdos nesse período, restituir-lhes a palavra, formá-los com hábitos civilizatórios e posteriormente, inseri-los no mundo do trabalho. No mesmo ano o diretor apresentou a dificuldade de arcar com a educação das meninas e “despediu” as quatro alunas que lá se encontravam, pois elas estavam longe de terminar a instrução literária e não havia condições no prédio de continuar com elas. Mesmo assim destacou que elas já tinham aprendido serviços domésticos, tais como: coser, lavar, cozinhar e engomar, ou seja, de alguma forma já tinham sido trabalhadas para assumirem o seu papel na sociedade.

No ano de 1874, a proposta curricular assim se apresentava:

Tabela 3 – Disciplinas oferecidas em 1874

| Ano | Disciplinas |
|------|---|
| 1874 | Linguagem escrita- linguagem portuguesa |
| | Desenho |
| | Religião |
| | Mathematica |
| | Geographia |
| | Historia do Brazil |
| | Gymnastica |

Fonte: Assembléa Geral Legislativa (1874, p. A-C3-3).

Por meio da tabela percebe-se que *Gymnastica* começou a aparecer no currículo prescrito e foi introduzida em 1873, e que também a nomenclatura *Mathematica* passou a ser utilizada. O diretor Tobias Rabelo Leite ponderava que a instrução acontecia pelo método intuitivo. Segundo Zanatta (2005, p. 171):

A base do método intuitivo é a “lição das coisas”, acompanhada de exercícios de linguagem para se chegar às idéias claras. O método da “lição das coisas” se caracteriza por oferecer dados sensíveis à observação, indo do particular ao geral, do concreto experienciado ao racional, chegando por esse caminho aos conceitos abstratos.

O método intuitivo era utilizado nos demais colégios do Império e também fez parte das estratégias utilizadas na educação de surdos, como relatou o diretor Tobias Rabello Leite. Por meio desse fato, percebe-se que a educação de surdos tinha as suas especificidades, mas que também seguia as tendências pedagógicas usadas

em colégios de ouvintes. Para tanto, até houve a criação de um museu escolar no Imperial Instituto. O museu foi organizado pelo diretor em exercício e era dividido em classes: utensílios domésticos, produtos vegetais e produtos animais. No espaço que era utilizado para o ensino contava-se com a sua ampliação em termos de acervo para o trabalho pedagógico (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1878). O uso do museu constituiu-se como mais uma estratégia para a educação de surdos, na perspectiva sensorial⁵.

Em 1875, o currículo não teve alterações de acordo com os documentos pesquisados e em 1876, além das disciplinas serem as mesmas, o que chama a atenção é a falta de professores para o ensino de palavra articulada. Houve um concurso para o cargo, mas não houve inscrição de professores, fato que dificultava o andamento dos trabalhos e desenvolvimento dos alunos, tendo em vista que a abordagem era oralista. O ensino profissionalizante nesse ano se deu por meio do oferecimento de duas oficinas: a de sapateiro e encadernador. Os trabalhos agrícolas continuavam a ser desenvolvidos e o diretor Tobias Rabello Leite defendia a ideia de que esse era o melhor trabalho para os surdos em todos os relatórios estudados até o momento. O que chama a atenção são os motivos apontados pelo diretor:

Os surdos-mudos são quase na totalidade filhos de camponeses residentes no interior do paiz, onde não lhes será fácil encontrar aplicação nem consumo para seus trabalhos artísticos; **a lavoura do paiz carece de trabalhadores hábeis que supram a falta do braço escravo**; é mais conveniente provocar a emigração das capitães para o centro do paiz, do que em sentido inverso; a profissão de agricultor exige menos facundia e astucia do que artista nas relações com o consumidor; finalmente as scenas da natureza alimentam melhor que as das cidades as virtudes do coração. (LEITE, 1876, 1-A, A-D3-6, grifo nosso).

Com base no excerto apresentado anteriormente, infere-se que a profissionalização do aluno surdo, além de ser um meio de inseri-lo na vida social de forma produtiva, sem ser visto como um ser oneroso, também tinha como finalidade suprir a falta de mão de obra escrava, situação presente no Brasil à época. Sobre isso Schueler (1999) pondera:

A instrução das crianças era arrolada também como um dos caminhos possíveis para solucionar e reformular uma importante demanda enfrentada pelos dirigentes imperiais: a questão do trabalho, por sua vez, relacionada ao problema da abolição da escravidão. Por essa razão, o princípio da obrigatoriedade do ensino primário às crianças e jovens livres era exaltado, visando à preparação do futuro, formando trabalhadores e cidadãos identificados e empenhados no “progresso pacífico” da nação.

No ano de 1877, as disciplinas oferecidas no Imperial Instituto dos Surdos-Mudos eram as seguintes:

Tabela 4 – Disciplinas oferecidas em 1877

| Ano | Disciplinas |
|------|--------------------------------------|
| 1877 | Linguagem escripta-lingua portugueza |
| | Desenho |
| | Religião |
| | Mathematicas |
| | Geographia |
| | Historia do Brazil |
| | Gymnastica |

Fonte: Almanak (1877).

Verifica-se que de 1877 a 1880 não houve mudanças em relação as disciplinas oferecidas se compararmos com o período anterior. No ano de 1880 o diretor Tobias Rabello Leite entra de licença médica e o Dr. Pedro José de Almeida o substituiu.

⁵ De acordo com Reily (2004, p. 155), “as bases do ensino pelo estímulo sensorial estão no Iluminismo, sedimentadas na Educação Especial pelo trabalho de Itard, que realizou um processo sistemático e registrado de educação com Victor, o menino selvagem de Aveyron”. Em tal modelo pedagógico, segundo a autora, “se bombardeia o corpo com sensações e se treinam os sentidos para discriminar percepções cada vez mais semelhantes.” Nessa perspectiva, “entende-se que o conhecimento se dá pela experiência dos sentidos.”

Em relação ao aspecto pedagógico, no ano de 1882, a disciplina de linguagem articulada voltou a ser oferecida, depois de um período sem professor. O ministro e secretário dos negócios do Império, Pedro Leão Velloso, declarou em seu relatório que determinou que os alunos que frequentassem as aulas de linguagem articulada deveriam ser separados dos demais alunos no refeitório, dormitório, recreio e oficinas e que tivessem um inspetor especial. Esse fato nos revela a diferença de instrução praticada dentro do próprio instituto: uma educação para os alunos que conseguissem desenvolver a oralidade e a outra para os que não davam conta de tal objetivo (ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA, 1882).

No ano de 1884, o Instituto ficou fechado por alguns meses em virtude de febre amarela. Em função disso, não se observaram mudanças em sua estrutura pedagógica. As aulas também foram suspensas em 1886 em função de uma epidemia de varíola que grassava na cidade do Rio de Janeiro. Em relação às oficinas oferecidas, podemos dizer que eram as mesmas: sapataria, encadernação e a escola agrícola.

Até o ano de 1889, não foram registradas nos documentos oficiais mudanças relativas ao currículo prescrito para a educação de surdos e nem outras menções de natureza pedagógica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo empreendido, pode-se destacar que o ingresso na vida escolar daria ao aluno surdo outra condição de vida, uma possível, mas restrita inserção na vida social, caso fosse educado dentro dos padrões estabelecidos para o seu perfil. A finalidade da educação para esses alunos era devolver-lhes a palavra por meio da abordagem oralista, *moldá-los* de acordo com os preceitos da moral e dos costumes vigentes à época e também instrumentalizá-los para que tivessem um ofício, para que sua presença na sociedade fosse menos onerosa possível, face ao progresso da nação.

Durante o recorte estabelecido para este estudo observa-se que foi delineado um currículo prescrito para o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, que, ao que parece, apresentava algumas afinidades com o currículo das escolas de ouvintes, mas que também trazia a sua especificidade, dada a condição diferenciada do alunado em questão. Para que esse currículo fosse desenvolvido na instituição especializada foi um desafio, como relataram alguns diretores, ministros e secretários dos negócios do Império. Muitos fatores perpassavam a questão escolar, entre eles: ausência de espaço adequado para o desenvolvimento de atividades pedagógicas no Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, a falta de profissionais qualificados para o trabalho com surdos e de materiais pedagógicos nacionais para essa finalidade, o reduzido número de alunos, o fato de a maioria dos alunos surdos virem das camadas mais pobres da sociedade, e também questões relacionadas ao desenvolvimento escolar, que tinha como viés a instrução primária dos alunos, com ares de secundária em alguns componentes, para além do trabalho com a oralidade.

É fato que existia um currículo prescrito, como dito anteriormente, mas também um currículo em ação, que era revisto e adequado à realidade dos alunos. Os registros históricos deixados nos mostraram que houve a constante necessidade de adequação do currículo e, por vezes, os conteúdos previstos não eram trabalhados na totalidade em função de dificuldades apresentadas pelos alunos e por fatores já destacados. Além disso, acompanhando uma tendência geral da educação na época do Império e, também, a exemplo de outros institutos que *cuidavam* da educação de surdos em outros países, a criação das oficinas profissionalizantes foi uma iniciativa que diferenciava a formação. Formação essa destinada às camadas populares, crianças pobres, livres ou libertas, de modo a manter a ordem imperial.

No período analisado vários alunos foram formados pelo Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, em sua maioria meninos, já que as meninas foram trabalhadas até o ano de 1873, conforme apontado anteriormente. As distinções curriculares imprimiam-

se nas relações envolvendo gênero e à escola cabia fazer esse papel: a formação da mulher para a vida doméstica e a do homem para a vida pública. Além disso, a educação, conforme Schueler (1999), primava por difundir valores morais e comportamentos, alfabetizar e ensinar ofícios artesanais ou agrícolas, para manter hierarquias e distinções sociais.

Nesse sentido, podemos considerar que a criação de uma instituição especializada para o alunado surdo, fazia parte dos projetos de dirigentes imperiais no sentido de estender a educação “sob o manto de uma formação elementar comum e de uma cidadania regulada e restrita para a ampla maioria da população” (SCHUELER, 1999), e que o currículo e práticas ali desenvolvidas também apresentavam um ar de hibridização com base na educação escolar de surdos, fruto do interesse e contato frequente dos gestores com o Instituto de Jovens Surdos de Paris, considerado um modelo para a educação de surdos no Brasil.

Apesar de todos os entraves apresentados ao longo deste estudo, no que se refere à educação de alunos surdos, é importante destacar a preocupação que o diretor Tobias Rabello Leite teve durante a sua gestão no sentido de aprimorar os serviços educacionais prestados no Imperial Instituto de Surdos-Mudos. Por meio de seus registros cuidadosos, percebe-se que sua dedicação foi constante e que algumas questões apontadas em tais escritos tinham um tom *científico* e, ao mesmo tempo, expressavam o cotidiano de educadores do século XIX, desafiados pelo fenômeno *surdez*.

Diante de tudo o que foi exposto, e, por derradeiro, pode-se considerar que historicamente havia um currículo prescrito para os alunos surdos e também um currículo real, que era o que de fato era desenvolvido, situação que apresentava similaridade com as práticas escolares contemporâneas para tais alunos, cujo *desideratum* é a formação acadêmica bilíngue e a inserção social.

REFERÊNCIAS

ALMANAK Laemmert (1844-1889). In: Center for Research Libraries. Global Resources Network. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/almanak>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

ARANHA, M. L. de A. *História da educação*. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856.

ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861.

ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1863.

ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864.

ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.

- ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1867.
- ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1868.
- ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1869.
- ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870.
- ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1873.
- ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1874.
- ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1878.
- ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA. *Relatório*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1882.
- AZEVEDO, F. de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.
- BRASIL. Decreto n. 4046 de 19 de dezembro de 1867. Approva o Regulamento provisório do Instituto dos Surdos-Mudos. Coleção de Leis do Império do Brasil - 19/12/1867, P. 452 Vol. 1 pt II.
- BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 12 maio 2017.
- FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto. *Relatório Apresentado á Assembléa Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1856.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOODSON, I. Currículo, narrativa e o futuro social. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 35, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a05v1235.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2017.
- LEITE, T. Este livro In: GAMA, F. J. da. *Iconographia dos signaes dos surdos mudos*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de E. & S. Laemmert, 1875.
- LEITE, T. Instituto dos Surdos-Mudos: Relatório do Diretor. Apresentado em 4 de dezembro de 1876. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1877.
- MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2001.
- PEREIRA, M. C. da C. *Ensino de língua portuguesa para surdos*. [201-]. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/252175/1/unesp-nead_reei1_ee_d11_da_texto1.pdf>. Acesso em: 12 maio 2017.
- REILY, L. H. *Escola inclusiva: linguagem e mediação*. Campinas: Papirus, 2004.

ROCHA, S. *O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro: INES, 2007.

SACRISTÁN, J. G. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática. In: SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. *Compreender e transformar o currículo*. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 123-141.

SACRISTÁN, J. G. (Org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso, 2013.

SÁ NETTO, R. de. *A Secretaria de Estado dos Negócios do Império (1823-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. (Cadernos Mapa, n. 5 - Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/A_Secretaria_de_Estado_dos_Neg%C3%B3cios_do_Imp%C3%A9rio.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2017.

SÁ, N. R. L. de. *Educação de surdos: a caminho do bilinguismo*. Niterói: EdUFF, 1999.

SCHUELER, A. F. M. de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, set. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100004>. Acesso em: 23 abr. 2017.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOARES, M. A. L. *A educação do surdo no Brasil*. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista-SP: EDUSF, 1999.

SOFIATO, C. G. *Do desenho à litografia: a origem da língua brasileira de sinais*. 2011. 265 f. Tese (Doutorado em Artes)- Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SOUZA, V. dos R. M. A educação dos surdos no século XIX. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, São Cristóvão-SE: UFS, v. 1, p. 49-56, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/article/viewFile/2193/1864>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

ZANATTA, B. A. O método intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a geografia escolar. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 25, n. 66, p. 165-184, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a03v2566.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.